



MARIA JOSÉ FERNANDEZ, MORADORA DO RECANTO DAS EMAS, FEZ TODOS OS EXAMES DE PRÉ-NATAL E PARTOS DOS FILHOS NO HOSPITAL DE TAGUATINGA E ESTÁ SATISFEITA COM A QUALIDADE

DF é o hospital do Entorno

Paola Lima
Da equipe do **Correio**

Morar no Distrito Federal ou nos arredores da capital é como possuir na carteira um cartão de seguro saúde que garante atendimento médico gratuito para qualquer tipo de doença. A rede pública brasiliense atende hoje a 4,8 milhões de pessoas por ano. Mais do que o dobro da população do DF e do Entorno juntas, que é de pouco mais de dois milhões.

Como todo serviço público, por melhor que seja, a rede hospitalar tem lá seus problemas. Ora as consultas são marcadas para datas a perder de vista, ora as filas nos postos são desalentadoras. Mas ninguém fica sem atendimento.

INVESTINDO EM UM FUTURO SEM DOENÇAS

A questão da prevenção vem ganhando cada vez mais atenção do governo. Por isso, a União vem aumentando os investimentos nos programas de Saúde da Família (que contrata médicos para trabalhar como agentes de saúde, visitando as casas da população carente, ensinando como prevenir algumas doenças como a desidratação, a Aids, os vermes e o cólera, entre outras). Em 2000, foram investidos R\$ 680 milhões no programa. Em 2001 estão previstos R\$ 970 milhões. Dentro do Projeto Alvorada, que irá aumentar os recursos para os principais projetos sociais do governo federal nas regiões mais pobres, o Saúde da Família também ganhou mais recursos.

A dona de casa Honorata Ribeiro, 50 anos, vive da aposentadoria rural do marido numa cidade próxima a Uberaba e nunca teve dinheiro para pagar mais do que uma obturação numa clínica dentária privada.

Mas há dois meses ela fez uma operação cara num hospital particular de Uberaba (MG). Honorata recebeu um marcapasso. Todo o custo da cirurgia e a internação foram pagos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) — uma espécie de seguro de saúde público que cobre todos os tipos de doença e também a prevenção, seja em hospitais públicos ou privados.

Os brasilienses, diferente de Honorata, não costumam passar por essa experiência de ter um serviço feito na rede privada e pago pelo Sistema Único de Saúde. Com acesso a uma boa rede pública hospitalar local (que inclui postos de saúde e hospitais administrados pelo DF), eles praticamente não diferenciam o atendimento custeado pelo SUS do atendimento feito pela rede local.

Tal situação é privilegiada se comparada a dos moradores de outros estados, que precisam do SUS para garantir consultas e tratamentos só disponíveis em outras cidades, muitas vezes distantes.

O caso mais comum, no entanto, é o SUS pagar pelo atendimento de pacientes que têm

plano de saúde privada, mas precisam recorrer a rede pública para receber tratamento.

Isso ocorre com freqüência quando a doença é mais grave. Os transplantes, por exemplo. A maior parte dos hospitais particulares não possui infra-estrutura para realizar esse tipo de procedimento. "Hoje, 80% dos transplantes feitos no país ocorrem na rede pública", observa Cláudio Duarte, secretário de Políticas do Ministério da Saúde.

"Em Brasília, como não precisa pagar o tratamento dos pacientes em hospitais particulares, e até recebemos gente de fora arrecadamos mais recursos do SUS investidos em equipamento e especializações para os médicos", explica a ex-secretária de Saúde e deputada distrital (PT) Maninha.

BOM ATENDIMENTO

Melhor para os pacientes que, mesmo enfrentando longas filas e eventualmente a falta de profissionais disponíveis, acreditam que estão sendo bem atendidos. "Não tenho do que reclamar. Fiz pré-natal e o parto dos meus filhos aqui e nunca tive problemas", diz a comerciante Maria José Fernandes, 37 anos.

Moradora do Recanto das Emas, Maria José sempre procura os postos de saúde quando ela ou a família precisam de cuidados médicos. Ontem, estava no Hospital Regional de Taguatinga (HRT) a espera do marido, Paulo de Tárcio, atropelado na madrugada de sábado. "Ele foi socorrido imediatamente e deve

ter alta logo, já está bem melhor", comemora.

A situação do DF é a que mais se aproxima do ideal do sistema para todo o país. A intenção é que as redes estaduais sejam tão eficientes que atendam à população sem precisar repassar o serviço para hospitais particulares.

Para que isso aconteça, o governo federal está elaborando duas medidas importantes. A primeira é a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da Saúde, que obriga os governos federal, estadual e municipal a investir parte dos recursos arrecadados na saúde. A segunda medida é a criação do Cartão do SUS, que garante o repasse do dinheiro do sistema para o estado que realmente atendeu o paciente.

"Assim, acaba essa história de prefeito comprar ambulância para levar pacientes às cidades vizinhas e desviar o recursos de saúde para outras coisas", explica o presidente do Conselho Regional de Medicina, Eduardo Guerra. Desse modo, o governo espera que os estados e municípios invistam nas redes de saúde pública e diminuam a demanda nas cidades consideradas centros de referência, como Brasília ou São Paulo.

Seja pela população ou pelos especialistas, o SUS é defendido como solução para o atendimento de saúde no país. O aposentado José Ribamar Ferreira, 50 anos, conseguiu fazer todo o tratamento cardíaco da mulher, inclusive os exames mais complicados, custeados pelo SUS. "Por pior que seja, ainda podemos contar com o atendimento", afirma.

SAÚDE NO DF

19,8%

do orçamento, que equivale a

R\$ 178,2 MILHÕES

é quanto se gastou em saúde neste ano no Distrito Federal

8%

do orçamento é a média de quanto os estados investem em saúde no Brasil

12%

é quanto os municípios aplicam, em média, na área de saúde

40%

dos pacientes atendidos na rede pública do Distrito Federal vieram de outros estados